

INFORMAÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 06/2014**ÁREA:** Área de Administração – AA**CONTRATO:** OCS Nº 160/2014**CONTRATADO:** DELOITTE TOUCHE TOHMATSU CONSULTORES LTDA

OBJETO: Contratação de serviços de consultoria atuarial para a identificação e mensuração das provisões técnicas do Fundo Garantidor para Investimentos - FGI, pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogável por até 60 (sessenta) meses e pelo valor anual estimado de até 582.450,99 (quinhentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e cinquenta reais e noventa e nove centavos), conforme especificações do Edital e de seus Anexos.

VALOR: R\$ 262.000,00 (duzentos e sessenta e dois mil reais).

PRAZO: 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura , prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses.

AUTORIZAÇÃO: Superintendente da Área de Administração, em 25/03/2014 na Informação Padronizada AF/DEPCO nº 06/2014.


FUNDAMENTO LEGAL DA CONTRATAÇÃO: Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 5.450/2005 e, subsidiariamente, Lei n.º 8.666/1993 e alterações posteriores.


ADVOGADA: Viviane Chalreo Bicudo de Mello

DATA: 03/06/2014

CERTIDÕES	VALIDADE	AUSÊNCIA DE REGISTROS IMPEDITIVOS À CONTRATAÇÃO	DATA DA CONSULTA
Receita Federal	12/10/2014	Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CGU (Portal da Transparência)	06/06/2014
FGTS	01/07/2014		
INSS	14/09/2014	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (Portal CNJ)	06/06/2014
Receita Estadual	28/10/2014		
Receita Municipal	06/11/2014	Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF (Portal Comprasnet)	06/06/2014

CNDT	02/12/2014	Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN	06/06/2014
------	------------	---	------------


Tatiana Alvarenga Gouvêa
Advogada
Gerente AA/DELIC/GLIC1


Rogerio Abi-Ramia Barreto
Advogado
Chefe de Departamento AA/DELIC



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação

Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG
Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação apresentada para registro no SICAF e arquivada na UASG Cadastradora, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Validade do Cadastro: 30/09/2014
CNPJ / CPF: 02.189.924/0001-03
Razão Social / Nome: DELOITTE TOUCHE TOHMATSU CONSULTORES LTDA.
Natureza Jurídica: ASSOCIAÇÃO PRIVADA
Domicílio Fiscal: 71072 - São Paulo SP
Unidade Cadastradora: 373066 - INST.NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA
Código e Descrição da Atividade Econômica:
7020-4/00 - ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL, EXCETO CONSULTORIA
TÉCNICA ESPECÍFICA
Endereço:
Rua: JOSE GUERRA 626 - São Paulo - SP
Ocorrência: Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta
Níveis validados:
I - Credenciamento
II - Habilitação Jurídica
III - Regularidade Fiscal Federal
Receita Validade: 12/10/2014
FGTS Validade: 01/07/2014
INSS Validade: 14/09/2014
IV - Regularidade Fiscal Estadual/Municipal:
Receita Estadual/Distrital Validade: 28/10/2014
Receita Municipal Validade: 06/11/2014
VI - Qualificação Econômico-Financeira - Validade: 30/06/2015
Índices Calculados: SG = 2.29; LG = 1.70; LC = 1.70
Patrimônio Líquido: R\$ 0,00

Legenda: documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

Emitido em: 06/06/2014 às 15:54:50

CPF: 042.425.817-00 Nome: VIVIANE CHALREO BICUDO DE MELLO

Ass: _____

18
24



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: DELOITTE TOUCHE TOHMATSU CONSULTORES LTDA. (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 02.189.924/0001-03
Certidão nº: 48972909/2014
Expedição: 06/06/2014, às 16:05:09
Validade: 02/12/2014 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **DELOITTE TOUCHE TOHMATSU CONSULTORES LTDA. (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **02.189.924/0001-03**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

12
04[Perguntas frequentes](#) [Contato](#) [Glossário](#) [Links](#) [Manual de navegação](#)Acesso rápido [Selecione...](#)

OK

**CADASTRO
NACIONAL DE EMPRESAS INIDÔNEAS E SUSPENSAS (CEIS)**

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) é um banco de informações mantido pela Controladoria-Geral da União que tem como objetivo consolidar a relação das empresas e pessoas físicas que sofreram sanções das quais decorra como efeito restrição ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

Consulta

CNPJ/CPF: 02.189.924/0001-03

Nome, razão social ou nome fantasia: Opcional

Tipo de sanção: (Todas)

Consultar

Limpar filtro

Quantidade de registros encontrados: 0

Data: 06/06/2014 Hora: 16:05:57

Não foram encontrados registros que atendam ao seguinte critério de busca:

CNPJ/CPF: 02.189.924/0001-03

[Clique aqui para baixar dados do portal](#)

Recomenda-se visualizar em resolução 1024x768

ATENÇÃO

Este cadastro visa dar publicidade às sanções administrativas aplicadas contra licitantes e fornecedores. As informações aqui veiculadas são de inteira responsabilidade das entidades que as prestaram, não podendo a União ser responsabilizada pela veracidade e/ou autenticidade de tais informações nem pelos eventuais danos diretos ou indiretos que delas resultem causados a terceiros.

* Designação do apenado, conforme informado pelo órgão sancionador (publicação no DOU; dados constantes de Ofício, etc.)

**ATESTADO**

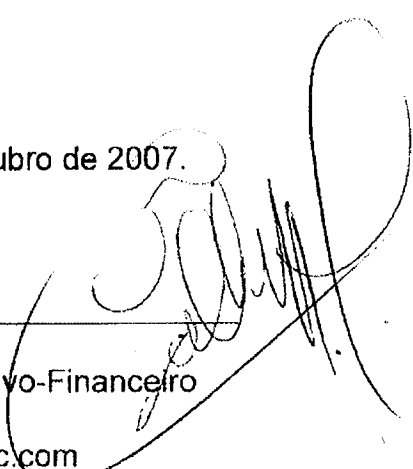
Atestamos para os devidos fins que a empresa DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Consultores Ltda., com sede em São Paulo, inscrita no CNPJ no. 62.484.951/0001-30, vem prestando serviços de consultoria/avaliação atuarial no período de 2003 à 2007.

Os trabalhos foram executados pelos seguintes profissionais:

- João Batista da Costa Pinto – responsável técnico
- Ronaldo de Sousa Carvalho – consultor
- Marcus Iuri da Silva de Freitas – consultor
- Dinarte Ferreira Bonetti - consultor

Declaramos ainda que todos os trabalhos acima foram realizados com êxito, dentro dos prazos estipulados e com elevado padrão técnico.

Sorocaba, 09 de outubro de 2007.



Valter Bolin
Gerente Administrativo-Financeiro
(15) 3011-8848
valter.bolin@dynapac.com

13
12



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (06/06/2014 às 16:07) não consta registro no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça, quanto ao CNPJ nº 02.189.924/0001-03.

A inexistência de registro no Cadastro Nacional de Condenações por Improbidade Administrativa e Inelegibilidade não significa a inexistência de condenações, uma vez que o cadastro está em fase de preenchimento.

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço: <http://www.cnj.jus.br> através do número de controle: 5392.1183.8AFE.4667

NAO ENCONTRADO REGISTRO P/CGC= 02189924 - DELOITTE TOUCHE TOHMATSU CONSU
SISBACEN 11007/7990-JURAN CAD. INF. CREDITOS NAO QUITADOS 06062014 16:06
TRANSACAO PISP600 CONSULTAS MISP600

OPCAO DESCRICAO INFORME OS CAMPOS

OPCAO	DESCRICAO	1	2	3
1	CONSULTA CGC/CPF INADIMPLENTE	X	X	
2	CONSULTA POR TERMO DO NOME			X

OPCAO: 1 1- CGC...: 02189924

2- CPF...: _____

3- TERMO DO NOME: a) _____

b) _____

c) _____

S: Na opcao 2, sempre que possivel, informe mais de um TERMO DO NOME para tornar mais rapida a consulta.

ENTRA/ENTER=SEGUE
PF1/13=S.O.S

PF3/15=RETORNA
PF12/24=ENCERRA

CONTRATO OCS Nº 160/2014**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM
O BANCO NACIONAL DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
SOCIAL – BNDES E DELOITTE TOUCHE
TOHMATSU CONSULTORES LTDA., NA
FORMA ABAIXO:**

O **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES**, empresa pública federal, com sede em Brasília - DF e serviços no Rio de Janeiro – RJ, na Av. República do Chile, nº 100, CEP nº 20.031-917, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 33.657.248/0001-89, doravante denominado simplesmente **BNDES**, neste ato representado na forma do seu Estatuto Social; e **DELOITTE TOUCHE TOHMATSU CONSULTORES LTDA.**, com sede em Rua José Guerra, nº 626, São Paulo - SP, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 02.189.924/0001-03, doravante denominado simplesmente **CONTRATADO**, neste ato representado na forma de seus atos constitutivos, em conformidade com o Pregão Eletrônico AA nº 02/2014 - **BNDES**, autorizado em 25/03/2014, por intermédio da IP AF/DEPCO nº 06/2014, de 04/02/2014, conforme previsão orçamentária sob rubrica nº SAP 3.10.220.0028, na empresa FGI, centro de custo DUMMYFGI, observado o disposto na Lei nº 8.666/1993, têm, entre si, justo e contratado o que se contém nas Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a prestação continuada de serviços de consultoria atuarial para identificação e mensuração das provisões técnicas do Fundo Garantidor para Investimentos – FGI, pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogáveis por até 60 (sessenta) meses, conforme especificações constantes do Termo de Referência (Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico AA nº 02/2014 - **BNDES**) e da Proposta apresentada pelo **CONTRATADO**, respectivamente, Anexos I e II deste Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

O presente Contrato terá duração de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante aditivo contratual, por períodos iguais e sucessivos, até o limite total de 60 (sessenta) meses.



Parágrafo Primeiro

Até 90 (noventa) dias antes do término de cada período de vigência contratual, cabe ao **CONTRATADO** comunicar ao Gestor do Contrato, por escrito, o seu propósito de não prorrogar a vigência por um novo período, sob pena de se presumir a sua anuência em celebrar o aditivo de prorrogação.

Parágrafo Segundo

Caso o **CONTRATADO** se recuse a celebrar aditivo contratual de prorrogação, tendo antes manifestado sua intenção de prorrogar o Contrato ou deixado de manifestar seu propósito de não prorrogar, nos termos do Parágrafo Primeiro desta Cláusula, ficará sujeito às penalidades previstas na Cláusula Décima Quarta deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto contratado respeitará as especificações constantes do Termo de Referência (Anexo I deste Contrato), especialmente as previstas nos itens 3 (local e condições de execução do objeto), 4 (equipe do Contratado) e 5 (cronograma de execução).

Parágrafo Primeiro

O **BNDES** convocará o **CONTRATADO**, em até 15 (quinze) dias corridos após a assinatura do Contrato, a comparecer à Reunião Preliminar. Nesta reunião:

- I. o **BNDES** esclarecerá ao **CONTRATADO** todas as dúvidas relativas à execução do objeto, disponibilizando eventuais documentos necessários ao início dos trabalhos;
- II. o **CONTRATADO** apresentará a comprovação de vínculo jurídico dos profissionais designados como condição à contratação, para a prestação dos serviços objeto deste Contrato, com o **CONTRATADO**, o que se dará mediante a apresentação de cópia do contrato de prestação de serviços, cópia da carteira de trabalho e previdência social (CTPS) ou cópia do ato constitutivo da sociedade, conforme o caso;
- III. o **CONTRATADO** apresentará, no caso de substituição dos profissionais designados como condição à contratação, os documentos comprobatórios dos perfis profissionais exigidos no item 4 do Anexo I (Termo de Referência) deste Contrato, observando-se que o perfil do substituto deve ser do mesmo nível ou de nível superior ao do substituído; e
- IV. o **CONTRATADO** apresentará os termos de confidencialidade assinados pelos profissionais designados para a prestação de serviços, observado o modelo constante do Anexo IV (Minuta de Termo de Confidencialidade para Profissionais) deste Contrato.



2

Viviane Carneiro Bícudo de Mello
Advogada
AA/DELIC/GLIC1

Parágrafo Segundo

O **CONTRATADO** deverá dispor de cadastro de pessoal qualificado, para proceder à substituição dos profissionais alocados na execução dos serviços, observado o disposto a seguir:

- I. a substituição deverá ser realizada imediatamente;
- II. o substituto deverá possuir perfil igual ou superior ao do profissional substituído;
- III. o **CONTRATADO** deverá submeter ao **BNDES** um pedido de substituição, indicando o substituto e o profissional a ser substituído, bem como o período de substituição se for o caso. A este pedido deverá ser anexada a documentação que comprove o perfil profissional do substituto, nos termos do subitem 4 do Anexo I (Termo de Referência) deste Contrato;
- IV. a substituição somente poderá ser realizada após a aprovação pelo **BNDES**; e
- V. aprovada a substituição, o **CONTRATADO** deverá apresentar o comprovante do vínculo jurídico existente entre ele e o substituto, bem como o Termo de Confidencialidade assinado pelo referido profissional, observado o modelo B do Anexo IV (Minuta de Termo de Confidencialidade para Profissionais) deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – RECEBIMENTO DO OBJETO

O **BNDES** efetuará o recebimento do objeto, através do Gestor indicado na Cláusula Décima Primeira deste Contrato ou de Comissão de Recebimento a ser designada pelo **BNDES**, observadas as condições e os procedimentos a seguir.

Parágrafo Primeiro

Os produtos a serem entregues pelo **CONTRATADO** devem estar, obrigatoriamente, em suas versões finais, não devendo ser entregues, para este fim, em suas versões preliminares, *drafts*, rascunhos ou similares.

Parágrafo Segundo

O objeto será recebido provisoriamente, quando da respectiva entrega, mediante Recibo, para posterior verificação de sua conformidade com as especificações, condições e obrigações previstas neste Contrato e em seus Anexos. Verificada a necessidade de ajustes, correções e/ou substituições, o seguinte procedimento será adotado:

- I. o **CONTRATADO** será convocado a efetuar-los, às suas expensas, dentro dos prazos indicados no item 5 do Anexo I (Termo de Referência) deste Contrato. A concessão de prazo para ajustes, correções e/ou substituições não impede a instauração de procedimento punitivo para aplicação de penalidade;



II. realizados os ajustes e/ou as substituições solicitadas pelo **BNDES**, será emitido novo Recibo, sendo realizada, em seguida, nova avaliação de conformidade pelo **BNDES**; e

III. não realizados os ajustes e/ou as substituições solicitadas, o objeto será rejeitado, total ou parcialmente, podendo o Contrato ser rescindido pelo **BNDES**, sem prejuízo da instauração de procedimento punitivo para a aplicação de penalidade.

Parágrafo Terceiro

Verificado o atendimento das especificações, condições e obrigações previstas neste Contrato e em seus Anexos, o **BNDES** receberá definitivamente o objeto através da emissão de Termo de Recebimento Definitivo, sendo observado que o recebimento definitivo do objeto:

I. constitui condição indispensável para o pagamento do valor ajustado;

II. não exclui a responsabilidade do **CONTRATADO** por vícios revelados posteriormente; e

III. não exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução contratual, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

O **BNDES** pagará ao **CONTRATADO**, pela execução do objeto contratado, o valor de até R\$ 262.000,00 (duzentos e sessenta e dois mil reais), conforme Proposta apresentada (Anexo II deste Contrato), observado o disposto na Cláusula Sexta deste Instrumento, e a seguinte composição:

I. até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) pela entrega de 01 (um) Relatório Inicial;

II. até R\$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais) pela entrega de 11 (onze) Relatórios Mensais, ao custo unitário de R\$ 12.000,00 (doze mil reais); e

III. até R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais) pela entrega de 03 (três) Relatórios Anuais, ao custo unitário de R\$ 36.666,67 (trinta e seis mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos).

Parágrafo Primeiro

No valor ajustado no *caput* desta Cláusula estão incluídos todos os insumos, encargos trabalhistas e tributos, inclusive contribuições fiscais e parafiscais, bem como quaisquer outras despesas necessárias à execução deste Contrato.

Parágrafo Segundo

Na hipótese de o objeto ser parcialmente executado e recebido, os valores previstos nesta Cláusula serão proporcionalmente reduzidos, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.



Parágrafo Terceiro

Caso o **BNDES** não demande o total de objetos previstos nos incisos do *caput* desta Cláusula, não será devida indenização ao **CONTRATADO**, observadas as prescrições da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

O **BNDES** efetuará o pagamento referente à entrega de cada Produto/Relatório, por meio de crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias corridos a contar da data de apresentação do documento fiscal (Nota Fiscal, Fatura ou documento equivalente), desde que tenha sido efetuado ateste pelo Gestor do Contrato das obrigações contratuais assumidas pelo **CONTRATADO**.

Parágrafo Primeiro

Nas hipóteses em que o recebimento definitivo ocorrer após a entrega do documento fiscal, o **BNDES** terá até 10 (dez) dias úteis, a contar da data em que o objeto tiver sido recebido definitivamente, para efetuar o pagamento.

Parágrafo Segundo

Para toda efetivação de pagamento, o **CONTRATADO** deverá apresentar no mínimo 2 (duas) vias do documento fiscal, quando emitido em papel, ao Protocolo do Edifício de Serviços do **BNDES** no Rio de Janeiro - EDSERJ, localizado na Avenida República do Chile nº 100, Térreo, Centro, Rio de Janeiro, CEP nº 20.031-917, no período compreendido entre 10h e 18h, ou encaminhar o documento fiscal, quando emitido eletronicamente, à caixa de e-mail nfe@bndes.gov.br.

Parágrafo Terceiro

O documento fiscal deverá conter, minimamente, as seguintes informações:

- I. número da Ordem de Compra/Serviço – OCS;
- II. descrição detalhada do objeto executado e dos respectivos valores;
- III. período de referência da execução do objeto;
- IV. nome e número do CNPJ do **CONTRATADO**, cuja regularidade fiscal foi avaliada na fase de habilitação, bem como o número de inscrição na Fazenda Municipal e/ou Estadual, conforme o caso;
- V. nome, telefone e e-mail do responsável pelo documento fiscal;
- VI. nome e número do banco e da agência, bem como o número da conta corrente do **CONTRATADO**, vinculado ao CNPJ constante do documento fiscal, com respectivos dígitos verificadores;



VII. tomador dos serviços: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – **BNDES**;

VIII. CNPJ do tomador dos serviços: 33.657.248/0001-89;

IX. local de execução do objeto, emitindo-se um documento fiscal para cada Município em que o serviço seja prestado, se for o caso; e

X. código dos serviços, nos termos da lista anexa à Lei Complementar nº 116/2003.

Parágrafo Quarto

Ao documento fiscal deverão ser anexados:

- I. certidões de regularidade fiscal e trabalhista exigidas na fase de habilitação;
- II. comprovante de que o **CONTRATADO** é optante do Simples Nacional, se for o caso;
- III. em caso de isenção/imunidade tributária, documentos comprobatórios com a indicação do dispositivo legal que ampara a isenção/imunidade; e
- IV. demais documentos solicitados pelo Gestor do Contrato, necessários ao pagamento do objeto contratado.

Parágrafo Quinto

Caso sejam verificadas divergências, o **BNDES** devolverá o documento fiscal ao **CONTRATADO**, ou solicitará a emissão de carta de correção, quando cabível, interrompendo-se o prazo de pagamento até que este providencie as medidas saneadoras ou comprove a correção dos dados contestados pelo **BNDES**.

Parágrafo Sexto

Os pagamentos a serem efetuados em favor do **CONTRATADO** estarão sujeitos, no que couber, às retenções de tributos, nos termos da legislação tributária e com base nas informações prestadas pelo **CONTRATADO**.

Parágrafo Sétimo

Além de outras hipóteses previstas em lei ou no Contrato, o **BNDES** poderá descontar, do montante expresso no documento fiscal, os valores referentes a multas, indenizações apuradas em processo administrativo, bem como qualquer obrigação que decorra do descumprimento da legislação pelo **CONTRATADO**.

Parágrafo Oitavo

Caso o **BNDES** não efetue o pagamento na forma prevista nesta Cláusula, em decorrência de fato não atribuível ao **CONTRATADO**, aos valores devidos serão acrescidos juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês, *pro rata tempore*, calculados desde o dia do vencimento até a data da efetiva liquidação.



6

Viviane Chalrezo Bicudo de Mello
Advogada
AA/DELIC/GLIC1

CLÁUSULA SÉTIMA – EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

O **BNDES** e o **CONTRATADO** têm direito ao equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, em consonância com o inciso XXI, do artigo 37, da Constituição Federal, a ser realizado mediante reajuste ou revisão de preços.

Parágrafo Primeiro

O reajuste de preços, na forma prevista na legislação, poderá ser requerido pelo **CONTRATADO** a cada período de 12 (doze) meses, sendo o primeiro contado do dia 07/04/2014, data limite para apresentação da Proposta (Anexo II deste Contrato), e os seguintes, do fato gerador anterior, adotando-se para tanto a aplicação do índice IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado), acumulado no respectivo período, sobre o preço referido na Cláusula Quinta deste Contrato.

Parágrafo Segundo

A revisão de preços, observadas as prescrições da Lei nº 8.666/1993, poderá ser realizada por iniciativa do **BNDES** ou mediante solicitação do **CONTRATADO**, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis que onere ou desonere as obrigações pactuadas no presente Instrumento, sendo que:

I. o **CONTRATADO** deverá formular ao **BNDES** requerimento para a revisão do Contrato, comprovando a ocorrência do fato gerador;

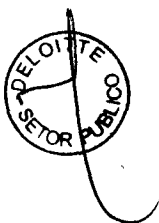
II. a comprovação será realizada por meio de documentos, tais como, atos normativos que criem ou alterem tributos, lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da Proposta ou do último reajuste e do momento do pedido de revisão;

III. com o requerimento, o **CONTRATADO** deverá apresentar planilhas de custos unitários, comparativas entre a data da formulação da Proposta ou do último reajuste e o momento do pedido de revisão, contemplando os custos unitários envolvidos e evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor pactuado; e

IV. o **BNDES** examinará o requerimento e informará ao **CONTRATADO** quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei nº 8.666/1993.

Parágrafo Terceiro

Independentemente de solicitação, o **BNDES** poderá convocar o **CONTRATADO** para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na Proposta, em virtude da redução dos preços de mercado, ou de itens que compõem o custo, cabendo ao **CONTRATADO** apresentar as informações solicitadas pelo **BNDES**.



7

Viviane Chaffee Bicudo de Mello
Advogada
AA/DELIC/GLIC1

22
04**Parágrafo Quarto**

O **CONTRATADO** deverá solicitar o reajuste e/ou a revisão de preços até a prorrogação ou encerramento do Contrato, hipótese em que os efeitos financeiros serão concedidos de modo retroativo a partir do fato gerador, observando-se, ainda, que:

I. caso o fato gerador do reajuste e/ou da revisão de preços ou a divulgação do índice de reajuste ocorra com antecedência inferior a 60 (sessenta) dias da prorrogação ou do encerramento do Contrato, o **CONTRATADO** terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do fato gerador ou da data de divulgação do índice, para solicitar o reajuste e/ou a revisão de preços;

II. caso a assinatura do aditivo de prorrogação torne superveniente a ocorrência do fato gerador do reajuste, ou a divulgação do índice de reajuste ocorra após a prorrogação ou o encerramento do Contrato, o **CONTRATADO** terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do fato gerador ou da data de divulgação do índice, para solicitar o reajuste de preços;

III. o **BNDES** deverá analisar o pedido de reajuste e/ou revisão de preços em até 60 (sessenta) dias, contados da solicitação e da entrega pelo **CONTRATADO** dos comprovantes de variação dos custos, ficando este prazo suspenso, a critério do BNDES, enquanto o **CONTRATADO** não apresentar a documentação solicitada para a comprovação da variação de custos; e

IV. caso o **CONTRATADO** não solicite o reajuste e/ou a revisão de preços nos prazos fixados acima, não fará jus aos efeitos retroativos ou, caso o Contrato esteja encerrado, implicará renúncia ao reajuste e/ou à revisão.

Parágrafo Quinto

Se o processo de reajuste e/ou revisão de preços não for concluído até o vencimento do Contrato, e este for prorrogado, sua continuidade após o reequilíbrio econômico-financeiro ficará condicionada à manutenção da Proposta do **CONTRATADO** como a condição mais vantajosa para o **BNDES**, podendo este:

I. realizar negociação de preços junto ao **CONTRATADO**, de forma a viabilizar a continuidade do ajuste, quando os novos valores fixados após o reajuste e/ou a revisão de preços estiverem acima do patamar apurado no mercado; ou

II. rescindir unilateralmente o Contrato, mediante aviso prévio ao **CONTRATADO**, com antecedência de 30 (trinta) dias, quando resultar infrutífera a negociação indicada no inciso anterior.

Parágrafo Sexto

Na ocorrência da hipótese prevista no inciso II do Parágrafo anterior, o **CONTRATADO** fará jus à integralidade dos valores apurados no processo de reajuste e/ou revisão de preços até o término do Contrato, não podendo, todavia, reclamar qualquer indenização em razão da rescisão do mesmo.



Parágrafo Sétimo

O reajuste de preços será formalizado por meio de apostilamento ao Contrato, ressalvada a hipótese em que tal evento coincidir com a prorrogação ou alteração contratual, quando será objeto de aditamento, ressaltando-se que, no caso de apostilamento, o resultado da análise do pedido de reajuste de preços será informado ao **CONTRATADO** por meio de carta.

CLÁUSULA OITAVA – GARANTIA CONTRATUAL

O **CONTRATADO** prestou garantia contratual, observadas as condições para a sua aceitação, estipuladas no item 6.1 do Edital do Pregão Eletrônico AA nº 02/2014 - **BNDES**, no valor de R\$ 13.100,00 (treze mil e cem reais), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do presente Contrato, que lhe será devolvida após a verificação do cumprimento fiel, correto e integral dos termos contratuais.

Parágrafo Único

Em caso de aumento do valor contratual, prorrogação do prazo de vigência do Contrato, utilização total ou parcial da garantia pelo **BNDES**, ou demais situações que impliquem em perda ou insuficiência da garantia, o **CONTRATADO** deverá providenciar a complementação ou substituição da garantia prestada no prazo determinado pelo **BNDES** ou pactuado em aditivo ou em apostilamento, observadas as condições originais para aceitação da garantia estipuladas no Edital.

CLÁUSULA NONA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

O **CONTRATADO**, na forma do artigo 49 da Lei nº 9.610/1998 e do artigo 111 da Lei nº 8.666/1993, cede ao **BNDES** a totalidade dos direitos autorais dos produtos resultantes da prestação dos serviços objeto deste Contrato, sem qualquer remuneração adicional, de forma exclusiva, plena, definitiva e permanente, em caráter irrevogável e irretratável, para toda e qualquer utilização, disposição e fruição, para qualquer finalidade e por qualquer meio, a qualquer tempo e em qualquer lugar, e para qualquer forma de arquivamento.

Parágrafo Primeiro

O **CONTRATADO** é exclusiva e pessoalmente responsável pela originalidade de tais produtos, declarando ser o autor e/ou titular dos direitos autorais cedidos, obrigando-se a indenizar o **BNDES** pelas perdas e danos que vier a sofrer em caso de contestação.

Parágrafo Segundo

O **BNDES** se compromete a mencionar o nome do autor dos produtos, sempre que os utilizar.



Viviane Chalreio Bicudo de Mello
Advogada
AA/DELIC/GLIC1

Parágrafo Terceiro

O **CONTRATADO** não poderá utilizar, divulgar ou comercializar tais produtos, salvo prévia e expressa autorização do **BNDES**.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Além de outras obrigações estabelecidas neste Instrumento, em seus Anexos ou nas leis vigentes, particularmente na Lei nº 8.666/1993, ou que entrarem em vigor, constituem obrigações do **CONTRATADO**:

- I. manter durante a vigência deste Contrato todas as condições de habilitação exigidas quando da contratação, comprovando-as sempre que solicitado pelo **BNDES**;
- II. comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de contratar com o **BNDES**, bem como a eventual perda dos pressupostos para a licitação;
- III. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução;
- IV. reparar todos os danos e prejuízos causados ao **BNDES** e ao Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do serviço, não restando excluída ou reduzida esta responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por parte do Gestor do Contrato;
- V. pagar todos os encargos e tributos, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto deste Contrato, podendo o **BNDES**, a qualquer momento, exigir do **CONTRATADO** a comprovação de sua regularidade;
- VI. providenciar, perante a Receita Federal do Brasil - RFB, comprovando ao **BNDES**, sua exclusão obrigatória do SIMPLES, no prazo estipulado pelo artigo 30 da Lei Complementar nº 123/2006, se o **CONTRATADO**, quando optante do SIMPLES:
 - a) extrapolar o limite de receita bruta anual previsto no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, ao longo da vigência deste Contrato; ou
 - b) enquadrar-se em alguma das situações previstas no artigo 17 da Lei Complementar nº 123/2006;
- VII. permitir vistorias e acompanhamento da execução do objeto pelo Gestor do Contrato;
- VIII. obedecer às instruções e aos procedimentos, estabelecidos pelo **BNDES**, para a adequada execução do Contrato;
- IX. designar 01 (um) preposto como responsável pelo Contrato firmado com o **BNDES**, para participar de eventuais reuniões e ser o interlocutor do **CONTRATADO**, zelando pelo fiel cumprimento das obrigações previstas neste Instrumento;



10

Viviane Chalco Bicudo de Mello
Advogada
AA/DELIC/GLIC1

- X.** impedir a participação, direta ou indireta, de empregado ou dirigente do Sistema **BNDES** (**BNDES** e suas subsidiárias) na execução do objeto do presente Contrato;
- XI.** observar o Código de Ética do Sistema **BNDES** vigente ao tempo da contratação, o qual deverá ser consultado por intermédio do sítio eletrônico www.bndes.gov.br ou requisitado ao Gestor do Contrato, assegurando-se de que seus representantes legais e que todos os profissionais envolvidos na execução do objeto pautem seu comportamento e sua atuação pelos princípios nele constantes;
- XII.** responsabilizar-se pelo cumprimento das normas de segurança das dependências do **BNDES** por parte dos profissionais alocados na execução dos serviços, quanto ao porte de identificação e à utilização dos acessos indicados pelo **BNDES**;
- XIII.** atender às solicitações do **BNDES** relativas à transição contratual entre o **CONTRATADO** e o seu sucessor na execução dos serviços, prestando todo o suporte, a fim de que o objeto contratado não seja interrompido;
- XIV.** garantir que o objeto do Contrato não infringe quaisquer direitos autorais, patentes ou registros, inclusive marcas, *know-how* ou *trade-secrets*, sendo responsável pelos prejuízos, inclusive honorários de advogado, custas e despesas decorrentes de qualquer medida ou processo judicial ou administrativo iniciado em face do **BNDES**, por acusação da espécie, podendo o **CONTRATADO** ser instado a intervir no processo;
- XV.** executar o objeto contratado de acordo com os prazos e especificações estipulados neste Contrato e seus Anexos;
- XVI.** não usar, copiar, duplicar ou de alguma outra forma reproduzir ou reter todas ou quaisquer informações do Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), exceto se autorizada previamente, por escrito, pelo **BNDES**;
- XVII.** devolver, impreterivelmente, ao término do Contrato, ou a qualquer tempo, a pedido do **BNDES**, todos os documentos do Fundo Garantidor para Investimentos (FGI) que o **BNDES** tenha lhe fornecido;
- XVIII.** efetuar o pagamento de todas as despesas relacionadas à execução dos serviços contratados, incluindo transporte, hospedagem, honorários e alimentação de seus profissionais;
- XIX.** substituir, no menor prazo possível e sem custos adicionais para o **BNDES**, qualquer integrante de sua Equipe que, a critério do **BNDES**, não estiver executando os serviços de forma adequada, por outro com qualificação que atenda ao perfil exigidos neste Contrato e seus Anexos, a qual deverá ser previamente comprovada perante o **BNDES**;
- XX.** promover o repasse de conhecimento aos novos profissionais, em caso de substituição de profissional alocado na execução do serviço em andamento, minimizando-se eventuais prejuízos à sua continuidade e qualidade;



XXI. prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo **BNDES**, relativos ao objeto contratado;

XXII. notificar ao **BNDES**, por escrito, todas as ocorrências que possam embaraçar a execução do objeto contratado; e

XXIII. assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa em relação ao objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a terceiros a responsabilidade por problemas na execução do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DO BNDES

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento, em seus Anexos ou em lei, particularmente na Lei nº 8.666/1993, constituem obrigações do **BNDES**:

I. realizar os pagamentos devidos ao **CONTRATADO**, nas condições estabelecidas neste Contrato;

II. designar, como Gestor do Contrato, Carlos Frederico Rangel de Carvalho Silva, que atualmente exerce a função de Chefe de Departamento de Contabilidade (AF/DEPCO), a quem caberá, consoante as disposições do artigo 67 da Lei nº 8.666/1993, o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação da execução dos serviços, bem como a liquidação da despesa e o atestado de cumprimento das obrigações assumidas;

III. alterar, quando conveniente, o Gestor do Contrato por outro profissional, mediante comunicação escrita ao **CONTRATADO**;

IV. fornecer ao **CONTRATADO**, quando solicitado ao Gestor do Contrato, cópia do Código de Ética do Sistema **BNDES** e da Política Corporativa de Segurança da Informação do **BNDES**;

V. colocar à disposição do **CONTRATADO** todas as informações necessárias à perfeita execução dos serviços objeto deste Contrato; e

VI. comunicar ao **CONTRATADO**, por escrito:

- a) quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados ao Contrato;
- b) a abertura de procedimento administrativo para a apuração de condutas irregulares do **CONTRATADO**, concedendo-lhe prazo para defesa; e
- c) a aplicação de eventual penalidade, nos termos deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SIGILO DAS INFORMAÇÕES

Cabe ao **CONTRATADO** cumprir as seguintes regras de sigilo e assegurar a aceitação e adesão às mesmas por profissionais que integrem ou venham a integrar a



sua equipe na prestação do objeto deste Contrato, as quais perdurarão, inclusive, após a cessação do vínculo contratual e da prestação dos serviços:

I. cumprir as diretrizes e normas da Política Corporativa de Segurança da Informação do **BNDES**, necessárias para assegurar a integridade e o sigilo das informações;

II. não acessar informações sigilosas do **BNDES** ou do Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), salvo quando previamente autorizado por escrito;

III. sempre que tiver acesso às informações mencionadas no inciso anterior:

a) manter sigilo dessas informações, não podendo copiá-las, reproduzi-las, retê-las ou praticar qualquer outra forma de uso que não seja imprescindível para a adequada prestação do objeto deste Contrato;

b) limitar o acesso às informações aos profissionais envolvidos na prestação dos serviços objeto deste Contrato, os quais deverão estar cientes da natureza sigilosa das informações e das obrigações e responsabilidades decorrentes do uso dessas informações; e

c) informar imediatamente ao **BNDES** qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independente da existência de dolo, bem como dos profissionais envolvidos, adotando todas as orientações do **BNDES** para remediar a violação;

IV. entregar ao **BNDES**, ao término da vigência deste Contrato, todo e qualquer material de propriedade deste ou do Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa e registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle ou posse, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa a que teve acesso no âmbito deste Contrato;

V. assinar, por seu Representante Legal, e observar o Termo de Confidencialidade constante do Anexo III (Termo de Confidencialidade para Representante Legal) deste Contrato; e

VI. apresentar, na Reunião Preliminar, Termos de Confidencialidade, conforme modelo constante do Anexo IV (Minuta de Termo de Confidencialidade para Profissionais) deste Contrato, assinados pelos profissionais que acessarão informações sigilosas, devendo referida obrigação ser também cumprida por ocasião de substituição desses profissionais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CESSÃO DE CRÉDITOS, SUCESSÃO CONTRATUAL E SUBCONTRATAÇÃO

É vedada a cessão de qualquer crédito decorrente do presente Contrato, bem como a emissão, por parte do **CONTRATADO**, de qualquer título de crédito em razão do mesmo.



Parágrafo Primeiro

É admitida a sucessão contratual nas hipóteses em que o **CONTRATADO** realizar as operações societárias de fusão, cisão ou incorporação, condicionada aos seguintes requisitos:

- I. aquiescência prévia do **BNDES**, que analisará eventuais riscos ou prejuízos decorrentes de tal alteração contratual; e
- II. manutenção de todas as condições contratuais e requisitos de habilitação originais.

Parágrafo Segundo

Caso ocorra a sucessão contratual admitida no Parágrafo anterior, o sucessor assumirá integralmente a posição do sucedido, passando a ser responsável pela execução do presente Contrato, fazendo jus, por conseguinte, ao recebimento dos créditos dele decorrentes.

Parágrafo Terceiro

É vedada a subcontratação para a execução do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PENALIDADES

Em caso de inexecução total ou parcial do Contrato, inclusive de descumprimento de exigência expressamente formulada pelo **BNDES** ou de inobservância de qualquer obrigação legal, bem como em caso de comportamento inidôneo, fraude fiscal ou mora, sem motivo justificado, o **CONTRATADO** ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das previstas na Lei nº 10.520/2002:

I. advertência;

II. multa:

- a) de até 1% (um por cento), por dia de atraso na entrega dos produtos, conforme os prazos indicados no item 5 do Anexo I (Termo de Referência) deste Contrato, incidente sobre o valor do produto não entregue;
- b) de até 1% (um por cento) sobre o valor do produto, se verificado pelo Gestor do Contrato que o Contratado apresentou o produto em sua versão preliminar, *draft*, rascunho ou similar, não sendo atendidas todas as especificações do produto previstas no Edital e em seus Anexos;
- c) de até 3% (três por cento), incidente sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura do mês em que o descumprimento se deu, em virtude de qualquer descumprimento contratual não previsto nas alíneas anteriores, apurada de acordo com a gravidade da infração;



III. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **BNDES**, por prazo não superior a 2 (dois) anos, apurado de acordo com a gravidade da infração; e

IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Parágrafo Primeiro

As penalidades indicadas nesta Cláusula somente poderão ser aplicadas após procedimento administrativo, e desde que assegurados o contraditório e a ampla defesa, facultada ao **CONTRATADO** a defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Parágrafo Segundo

Contra a decisão de aplicação de penalidade, o **CONTRATADO** poderá interpor o recurso cabível, na forma e no prazo previstos na Lei nº 8.666/1993.

Parágrafo Terceiro

A imposição de penalidade prevista nesta Cláusula não impede a rescisão unilateral do Contrato pelo **BNDES**, nos casos previstos nos incisos I a XII, XVII e XVIII, do artigo 78, da Lei nº 8.666/1993.

Parágrafo Quarto

A multa poderá ser aplicada juntamente com as demais penalidades.

Parágrafo Quinto

A multa aplicada ao **CONTRATADO** e os prejuízos causados ao **BNDES** serão deduzidos de quaisquer créditos a ele devidos, assim como da garantia prestada, ressalvada a possibilidade de cobrança judicial da diferença eventualmente não coberta pelos mencionados créditos.

Parágrafo Sexto

No caso de uso indevido de informações sigilosas, observar-se-ão, no que couber, os termos da Lei nº 12.527/2011 e do Decreto nº 7.724/2012.

Parágrafo Sétimo

No caso de atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, observar-se-ão os termos da Lei nº 12.846/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido:

I. por ato unilateral do **BNDES**, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVII e XVIII, do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo, assegurado o contraditório, no prazo de 5



(cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Contrato, quando cabível;

II. por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo, e desde que haja conveniência para o **BNDES**; e

III. por via judicial, nos termos da legislação.

Parágrafo Primeiro

Rescindido o Contrato, nos termos dos incisos I ao XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993, o **CONTRATADO** responderá por eventuais perdas e danos e sujeitar-se-á às penalidades decorrentes do Contrato, apuradas em procedimento administrativo, bem como às consequências previstas no artigo 80 da Lei nº 8.666/1993, no que couber.

Parágrafo Segundo

Em caso de rescisão pelos motivos previstos nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993, sem que haja culpa do **CONTRATADO**, será este ressarcido dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, observando-se, ainda, o disposto no artigo 79, parágrafo segundo, da mesma Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Este Contrato representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto.

Parágrafo Primeiro

Integram o presente Contrato:

Anexo I - Termo de Referência do Pregão Eletrônico AA nº 02/2014 - BNDES

Anexo II - Proposta

Anexo III - Termo de Confidencialidade para Representante Legal

Anexo IV - Minuta de Termo de Confidencialidade para Profissionais

Parágrafo Segundo

A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente deste Contrato não constituirá renúncia ou novação nem impedirá as partes de exercerem os seus direitos a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

É competente o foro da cidade do Rio de Janeiro para solucionar eventuais litígios decorrentes deste Contrato, afastado qualquer outro, por mais privilegiado que seja.





31
04

As folhas deste Contrato são rubricadas por Viviane Chalreo Bicudo de Mello, advogado(a) do **BNDES**, por autorização do representante legal que o assina.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente Instrumento, redigido em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, 03 de Junho de 2014

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU CONSULTORES LTDA.

Gilberto Bizerra Souza
Sócio

Testemunhas:

Nome/CPF: <u>Alexandro Rafael do Nascimento</u> <u>300.040.448-30</u>	Nome/CPF: <u>LETICIA AUSIER BENTES</u> <u>098.874.977-60</u>
--	---

So. Tabeliao de Notas - Jose Roberto Pacheco Franca - Tabeliao
Rua Americo Brasiliense, 1.863 - Chacara Santo Antonio - Fone: 2180-1301
Rec. Por Semelhanca // / / / / / 1 Firma(s) // / / / / / de:
GILBERTO BIZERRA DE SOUZA
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE - Doc com valor econo.
Carimbo: 2392407 ; SAO PAULO, 03 De junho De 2014
Valor: R\$ 6,80 ; Em test. da Verdade
Conf.: Fernanda

EMERSON DE OLIVEIRA SILVA - ESCRIVENTE

AC436111



CONTRATO OCS Nº 160/2014
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**1 OBJETO**

1.1 O presente Pregão Eletrônico visa à contratação de serviços de consultoria atuarial para identificação e mensuração das provisões técnicas do Fundo Garantidor para Investimentos – FGI, pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogáveis por até 60 (sessenta) meses, conforme as especificações adiante descritas.

2 DESCRIÇÃO DO OBJETO

2.1 O Contratado deverá realizar a identificação da(s) provisão(ões) técnica(s) decorrente(s) da operação de garantia de crédito prestada pelo FGI e a definição do(s) modelo(s) matemático(s) para a estimativa da(s) respectiva(s) provisão(ões), bem como a definição da(s) sua(s) base(s) de cálculo e premissas atuariais, tendo por referência a Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) nº 281, de 2013.

2.2 O Contratado deverá efetuar o cálculo do valor das provisões técnicas mencionadas no subitem 2.1 acima nas datas bases dos encerramentos dos exercícios de 2012, 2013 e 2014, bem como para os fechamentos mensais de janeiro a novembro de 2014.

2.2.1 Caso ocorra a prorrogação do Contrato por mais de um exercício (até o limite legal de quatro prorrogações), o cálculo das provisões técnicas será realizado para os fechamentos mensais de janeiro a novembro, bem como para o encerramento de cada exercício.

2.3 O Contratado deverá apresentar os trabalhos e os produtos elaborados ao **BNDES**, prestando os necessários esclarecimentos e informações, objetivando a necessária compreensão e entendimento, por parte dos gestores do FGI, das identificações e cálculos realizados no decorrer da prestação de serviços.

2.4 O serviço englobará a entrega dos seguintes Produtos ao **BNDES**:

I. RELATÓRIO INICIAL – deverá ser elaborado de forma concisa, em português, contendo a identificação detalhada da(s) provisão(ões) técnica(s) decorrente(s) da operação de garantia de crédito prestada pelo FGI, e a definição do(s) modelo(s) matemático(s) a ser(em) utilizado(s) para a estimativa de cada uma das provisões identificadas, bem como a definição da(s) sua(s) base(s) de cálculo e premissas



atuariais. O relatório abrangerá a operação do FGI como um todo e será elaborado pelo Contratado apenas uma vez, servindo de referência para o objeto dos relatórios mensais e anuais descritos nos incisos abaixo;

II. RELATÓRIOS MENSAIS – deverão ser elaborados de forma concisa, em português, apresentando o cálculo do valor da(s) provisão(ões) técnica(s) identificadas na forma do subitem 2.1 deste Anexo, para as datas bases dos encerramentos contábeis mensais de janeiro a novembro de 2014. Caso ocorra a prorrogação do Contrato por mais de um exercício, o relatório será emitido para os fechamentos mensais de janeiro a novembro de cada exercício; e

III. RELATÓRIOS ANUAIS – deverão ser elaborados de forma concisa, em português, apresentando o cálculo do valor da(s) provisão(ões) técnica(s) identificadas na forma do subitem 2.1 deste Anexo, para as datas bases dos encerramentos contábeis dos exercícios de 2012, 2013 e 2014, incluindo a Nota Técnica Atuarial da carteira de operações garantida pelo FGI, que deverá ser elaborada tendo por referência as diretrizes previstas no art. 4º da Resolução CNSP nº 163, de 17 de julho de 2007, ou outro normativo que o revogue. Caso ocorra a prorrogação do Contrato por mais de um exercício, o relatório será emitido para os encerramentos de cada exercício.

3 LOCAL E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Os serviços serão prestados nas dependências do Contratado e, excepcionalmente, nas dependências do **BNDES**, para fins de coleta de informações necessárias para a execução do serviço.

4 EQUIPE DO CONTRATADO

4.1 O Contratado deverá alocar, na execução dos serviços, profissionais com os seguintes perfis:

I. Responsável Técnico: diretor ou sócio com experiência profissional mínima de 8 (oito) anos em serviços de consultoria atuarial, formação acadêmica em atuária e registro no Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e Membro – MIBA. Este perfil será responsável pela elaboração e assinatura dos Relatórios descritos no subitem 2.4 deste Anexo; e

II. Técnico: profissional com experiência profissional mínima de 3 (três) anos em serviços de consultoria atuarial e formação acadêmica em atuária. Este perfil será responsável pela realização dos trabalhos de coleta de informações junto ao **BNDES** para a execução do serviço.

4.2 A comprovação da experiência dos perfis profissionais descritos nos incisos do subitem 4.1 acima dar-se-á, nos termos do subitem 6.1 do Edital, mediante a apresentação de contrato ou estatuto social, carteira de trabalho – CTPS, contrato de



prestação de serviços ou declaração emitida pelo próprio Licitante declarado vencedor, ou, ainda, por meio de atestado(s) emitido por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) que o profissional executou ou está executando serviços de consultoria atuarial pelo prazo estabelecido. O/A atestado/declaração deverá ser emitido em papel timbrado do atestante/declarante devendo constar, ainda:

I. o nome da sociedade em que foi executado o serviço de consultoria atuarial, o endereço completo, o nome e o telefone de contato do atestante/declarante ou qualquer outra forma de que o **BNDES** possa se valer para manter contato com o mesmo, caso necessário; e

II. o período e o local de execução do serviço.

4.3 A comprovação da formação acadêmica do profissional dar-se-á através da apresentação do respectivo currículo e do diploma de conclusão do curso de ensino superior, no momento previsto no subitem 6.1 do Edital.

4.4 A comprovação de registro no Instituto Brasileiro de Atuária – IBA como Membro – MIBA deverá se dar mediante apresentação de cópia do respectivo documento de atuário emitido pelo Instituto, no momento previsto no subitem 6.1 do Edital.

5 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Os Produtos descritos no subitem 2.4 deste Anexo deverão ser entregues pelo Contratado em meio magnético, observados os seguintes prazos:

I. **RELATÓRIO INICIAL** – até 45 (quarenta e cinco) dias corridos a contar da data de realização da Reunião Preliminar;

II. **RELATÓRIOS MENSAIS** – até 5 (cinco) dias úteis após o encerramento do mês de referência; e

III. **RELATÓRIOS ANUAIS** – até 5 (cinco) dias úteis após o encerramento do exercício de referência.

5.2 Os custos da apresentação ao **BNDES** dos trabalhos e produtos mencionada no subitem 2.3 deste Anexo deverão ser incluídos no preço referente ao **RELATÓRIO INICIAL**, sendo a data de sua realização acordada ente as partes. A apresentação poderá ser realizada na sede administrativa do **BNDES**, localizada na Av. República do Chile, nº 100, ou no Edifício Ventura Corporate Towers, situado na Av. República do Chile, nº 330, ambos no Centro do Rio de Janeiro-RJ, e deverá ser preparada em *power point* e distribuída em papel aos participantes.



6 VALOR ESTIMADO

6.1 Após pesquisa de preços realizada pela Unidade Demandante (AF/DEPCO), foram apurados os seguintes valores:

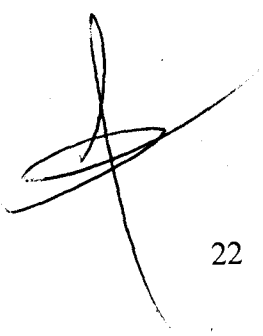
Empresas Consultadas	Relatório Inicial	Relatórios Mensais	Relatórios Anuais	Total
Empresa 1	R\$ 150.000,00	R\$ 225.000,00	R\$ 180.000,00	R\$ 555.000,00
Empresa 2	R\$ 65.000,00	R\$ 143.000,00	R\$ 144.000,00	R\$ 352.000,00
Empresa 3	R\$ 532.063,04	R\$ 474.573,83	R\$ 206.167,10	R\$ 1.212.803,97
Empresa 4	R\$ 80.000,00	R\$ 55.000,00	R\$ 75.000,00	R\$ 210.000,00

6.2 Assim, o Valor Global Estimado para a contratação é de até R\$ 582.450,99 (quinhentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e cinquenta reais e noventa e nove centavos).



CONTRATO OCS Nº 160/2014
ANEXO II - PROPOSTA

PROPOSTA APRESENTADA NO PREGÃO ELETRÔNICO AA Nº 02/2014 – BNDES
PELO LICITANTE DELOITTE TOUCHE TOHMATSU CONSULTORES LTDA.



Ao

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO AA Nº 02/2014 – BNDES

Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda.
CNPJ nº 02.189.924/0001-03
Rua José Guerra, 626 – São Paulo – SP
Tel. (11) 5186-6408 – Fax (11) 5181-5307
e-mail: brsetorpublico@deloitte.com

Representante Legal: Gilberto Bizerra de Souza, brasileiro, casado, contador, sócio, inscrito no CRC sob nº 1RJ076328/O-2, e inscrito no CPF/MF sob o nº 846.832.957-68.

Estabelecimento vinculado: Matriz (dados acima)

Descrição do Serviço: serviços de consultoria atuarial para identificação e mensuração das provisões técnicas do Fundo Garantidor para Investimentos – FGI, pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogáveis por até 60 (sessenta) meses.

ITEM	DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	QUANTIDADE DE RELATÓRIOS	VALOR TOTAL (R\$)
P1	RELATÓRIO INICIAL	20.000,00	1	20.000,00
P2	RELATÓRIOS MENSAIS	12.000,00	11	132.000,00
P3	RELATÓRIOS ANUAIS	36.666,67	3	110.000,00
VALOR GLOBAL (R\$)				262.000,00

O Licitante Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda. declara ter ciência e aceitar todas as exigências do Edital do Pregão Eletrônico em referência, bem como todas as condições de execução do objeto licitado, propondo sua execução pelo valor global de R\$ 262.000,00 (duzentos e sessenta e dois mil reais), observados os valores unitários cotados na planilha acima.

Declara, outrossim, que o valor proposto inclui todas as despesas e custos, diretos e indiretos (tais como tributos, encargos sociais e trabalhistas, contribuições, transporte, seguro e insumos), necessários ao cumprimento integral do objeto licitado.



Deloitte refere-se à sociedade limitada estabelecida no Reino Unido "Deloitte Touche Tohmatsu Limited" e sua rede de firmas-membro, cada uma constituindo uma pessoa jurídica independente e legalmente separada. Acesse www.deloitte.com/about para uma descrição detalhada da estrutura jurídica da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e de suas firmas-membro.

© 2014 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

Viviane C. Bicudo de Melo
Advogada
AA/DELIC/GLIC1

38
24


Deloitte.

Por fim, o Licitante Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda. informa que a validade da presente Proposta é de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação.

Atenciosamente,


São Paulo, 07 de abril de 2014.

**DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
CONSULTORES LTDA.**



Gilberto Bizerra de Souza
Sócio




Mariana C. Boudo de Mello
Advogada
AA/DELIC/0101

CONTRATO OCS Nº 160/2014
ANEXO III - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE PARA REPRESENTANTE LEGAL**TERMO DE CONFIDENCIALIDADE PARA REPRESENTANTE LEGAL**

_____, por seu representante legal, doravante designado simplesmente **RESPONSÁVEL**, se compromete, por intermédio do presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**, a não divulgar sem autorização quaisquer informações de propriedade do **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES** e de suas Subsidiárias BNDES Participações S.A. - BNDESPAR e Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME, doravante simplesmente designados como **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, em conformidade com as seguintes Cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O **RESPONSÁVEL** reconhece que, em razão da sua prestação de serviços às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** (Contrato OCS nº 160/2014, celebrado em ____/____/____), estabelece contato com informações privadas das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, que podem e devem ser conceituadas como segredo de indústria ou de negócio. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados, aí se incluindo os próprios empregados das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e do **RESPONSÁVEL**, sem a expressa e escrita autorização do representante legal do **BNDES**, signatário do Contrato ora referido.

CLÁUSULA SEGUNDA

As informações a serem tratadas confidencialmente são aquelas assim consideradas no âmbito das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e que, por sua natureza, não são ou não deveriam ser de conhecimento de terceiros, tais como:

- I. listagens e documentações com informações confidenciais a que venha a ter acesso;
- II. documentos relativos a estratégias econômicas, financeiras, de investimentos, de captações de recursos, de *marketing*, de clientes e respectivas informações, armazenadas sob qualquer forma, inclusive informatizadas;
- III. metodologias e ferramentas de desenvolvimento de produtos elaborados pelas **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** ou por terceiros para as **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**;



40
14

IV. valores e informações de natureza operacional, financeira, administrativa, contábil e jurídica; e

V. documentos e informações utilizados na execução dos serviços do Contrato OCS nº 160/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA

O **RESPONSÁVEL** reconhece que as referências dos incisos I a V da Cláusula Segunda deste Termo são meramente exemplificativas, e que outras hipóteses de confidencialidade que já existam ou venham ser como tal definidas no futuro devem ser mantidas sob sigilo.

Parágrafo Único

Em caso de dúvida acerca da natureza confidencial de determinada informação, o **RESPONSÁVEL** deverá mantê-la sob sigilo até que venha a ser autorizado expressamente pelo representante legal das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, signatário do Contrato OCS nº 160/2014, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma a ausência de manifestação expressa das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** poderá ser interpretada como liberação de qualquer dos compromissos ora assumidos.

CLÁUSULA QUARTA

O **RESPONSÁVEL** recolherá, ao término do Contrato OCS nº 160/2014, para imediata devolução às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, todo e qualquer material de propriedade deste, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa a este relacionada, registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle ou posse seja de seus empregados, prepostos, prestadores de serviço, seja de fornecedores, com vínculo empregatício ou eventual com o **RESPONSÁVEL**, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial a que teve acesso enquanto contratado pelas **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**.

Parágrafo Único

O **RESPONSÁVEL** determinará a todos os seus empregados, prepostos e prestadores de serviço que estejam, direta ou indiretamente, envolvidos com a prestação de serviços objeto do Contrato OCS nº 160/2014, a observância do presente Termo, adotando todas as precauções e medidas para que as obrigações oriundas do presente instrumento sejam efetivamente observadas.



CLÁUSULA QUINTA

O **RESPONSÁVEL** obriga-se a informar imediatamente às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo, bem como de seus empregados, prepostos e prestadores de serviço.

CLÁUSULA SEXTA

O descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente Termo acarretará a responsabilidade civil e criminal dos que, comprovadamente, estiverem envolvidos no descumprimento ou violação.

CLÁUSULA SÉTIMA

As obrigações a que alude este instrumento perdurarão inclusive após a cessação do vínculo contratual entre o **RESPONSÁVEL** e as **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e abrangem as informações presentes e futuras.

CLÁUSULA OITAVA

O **RESPONSÁVEL** se compromete, no âmbito do **CONTRATO** objeto do presente Termo, a apresentar às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** declaração individual de adesão e aceitação das Cláusulas do **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE** para Profissionais, de cada integrante ou participante da Equipe que prestar ou vier a prestar os serviços especificados no Contrato OCS nº 160/2014.

De Acordo,



Rio de Janeiro, 03 de Junho de 2014

RECONHECIMENTO
NO VERSO

Representante Legal do Contratado: Gilberto Bizarra Souza
Sócio

Nome: GILBERTO BIZARRA DE SOUZA Cargo/Função: SÓCIO

CPF: 846.832.957-68 Telefone: 5185-6408 E-mail: bizarra@deloitte.com

Documento de Identidade (número, data, emissor): CRC 137076328/0-25-SP



CONTRATO OCS Nº 160/2014
ANEXO IV - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE PARA PROFISSIONAIS**TERMO DE CONFIDENCIALIDADE PARA PROFISSIONAIS**

_____, doravante designado simplesmente **RESPONSÁVEL**, se compromete, por intermédio do presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**, a não divulgar sem autorização quaisquer informações de propriedade do **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES** e de suas Subsidiárias **BNDES Participações S.A. - BNDESPAR** e Agência Especial de Financiamento Industrial - **FINAME**, doravante simplesmente designados como **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, em conformidade com as seguintes Cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O **RESPONSÁVEL** reconhece que, em razão da sua prestação de serviços às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** (Contrato OCS nº 160/2014, celebrado em ____/____/____), estabelece contato com informações privadas das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, que podem e devem ser conceituadas como segredo de indústria ou de negócio. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados, aí se incluindo os próprios empregados das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, sem a expressa e escrita autorização do representante legal signatário do Contrato ora referido.

CLÁUSULA SEGUNDA

As informações a serem tratadas confidencialmente são aquelas assim consideradas no âmbito das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e que, por sua natureza, não são ou não deveriam ser de conhecimento de terceiros, tais como:

- I. listagens e documentações com informações sigilosas ou confidenciais a que venha a ter acesso enquanto contratado por sociedade que preste serviço às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**;
- II. documentos relativos a estratégias econômicas, financeiras, de investimentos, de captações de recursos, de *marketing*, de clientes e respectivas informações, armazenadas sob qualquer forma, inclusive informatizadas;
- III. metodologias e ferramentas de desenvolvimento de produtos e serviços, desenvolvidas pelas **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** ou por terceiros para as **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**;



28

Viviane Chalcedo Bicudo de Mello
Advogada
AA/DELIC/GLIC1

43
04

IV. valores e informações de natureza operacional, financeira, administrativa, contábil e jurídica; e

V. documentos e informações utilizados na execução dos serviços do Contrato OCS nº 160/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA

O **RESPONSÁVEL** reconhece que as referências dos incisos I a V da Cláusula Segunda deste Termo são meramente exemplificativas, e que outras hipóteses de confidencialidade que já existam ou venham ser como tal definidas no futuro devem ser mantidas sob sigilo.

Parágrafo Único

Em caso de dúvida acerca da natureza confidencial de determinada informação, o **RESPONSÁVEL** deverá mantê-la sob sigilo até que venha a ser autorizado expressamente pelo representante legal das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, signatário do Contrato OCS nº 160/2014, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma, a ausência de manifestação expressa das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** poderá ser interpretada como liberação de qualquer dos compromissos ora assumidos.

CLÁUSULA QUARTA

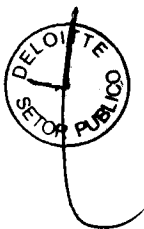
O **RESPONSÁVEL** recolherá, ao término do Contrato OCS nº 160/2014, para imediata devolução às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, todo e qualquer material de propriedade destas, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa a este relacionada, registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial a que teve acesso enquanto contratado pelas **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**.

Parágrafo Único

O **RESPONSÁVEL** adotará todas as precauções e medidas para que as obrigações oriundas do presente instrumento sejam efetivamente observadas.

CLÁUSULA QUINTA

O **RESPONSÁVEL** obriga-se a informar imediatamente às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.



CLÁUSULA SEXTA

O descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente Termo acarretará a responsabilidade civil e criminal dos que, comprovadamente, estiverem envolvidos no descumprimento ou violação.

CLÁUSULA SÉTIMA

As obrigações a que alude este instrumento perdurarão inclusive após a cessação da prestação de serviços objeto do Contrato OCS nº 160/2014, e abrangem as informações presentes e futuras.

De Acordo,

Rio de Janeiro, ____ de ____ de ____.

Profissionais da Equipe: _____

Nome: _____ Cargo/Função: _____

CPF: _____ Telefone: _____ E-mail: _____

Documento de Identidade (número,data,emissor): _____

